



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

RELATÓRIO DE PROGRESSO

RELATOR - CIÊNCIA

XI Legislatura – 2ª Sessão

05.Abril.2011

2ª Sessão Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

IX Legislatura

Relator: Deputado José Ferreira Gomes

A preparação do Relatório sobre Ciência decorreu de acordo com o plano previsto inicialmente, mas com alguns ajustes ditados pelo próprio desenvolvimento do trabalho.

Apresento abaixo uma breve resenha das actividades desenvolvidas (pontos 1 e 2) e uma descrição das acções previstas (ponto 3) até à conclusão do Relatório.

1. Preparação da 1ª fase do Relatório.

De acordo com o planeado, a preparação da 1ª fase do Relatório continuou em Setembro com a discussão dos relatórios preliminares dos grupos de peritos em 20/Set, no Auditório do Novo Edifício da Assembleia da República¹. Cada Grupo convidou 6 comentadores, pedindo-lhes um documento escrito e uma síntese oral:

- a. Financiamento 10h00 – 11h30
- b. Emprego 11h30 – 13h00
- c. Avaliação 14h30 – 16h00
- d. Investigação nos Politécnicos 16h00 – 17h30

2. Preparação e discussão do Relatório Final (1ª fase).

Considerando as contribuições recebidas, os grupos de peritos prepararam uma versão final dos seus relatórios que foi distribuída a toda a comunidade científica e apresentada para discussão pública em conferência realizada na Sala do Senado em 20 de Dezembro de 2011. Participaram na mesma os relatores das 4 áreas temáticas, um orador polaco e outro do Reino Unido, que falaram das experiências nos respectivos países e cerca de 150 investigadores.

O programa da Conferência, o Relatório - publicado apenas em versão electrónica, ISBN: 978-972-556-553-7 - todos os comentários e a gravação vídeo da mesma, estão disponíveis no site do Parlamento².



¹ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheEvento.aspx?BID=89308>

² <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheEvento.aspx?BID=89822>

e <http://www.canal.parlamento.pt/>.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

3. Preparação do relatório, 2ª fase (2011)

Foi aprovado o plano de trabalho para o 2º ano (ver abaixo) que estava em curso dentro do previsto.

3.1. Sessão pública (especial) sobre a missão dos Laboratórios de Estado.

A sessão sobre a Missão dos Laboratórios de Estado estava prevista para 11/Abril e estava já organizada com contributos das direcções dos Laboratórios de Estado, dos investigadores e de parceiros externos. Esta sessão decorreria durante todo o dia, tendo a manhã dedicada à apresentação dos diversos Laboratórios e a uma visão externa pelo Prof. Jean-Pierre Contzen. Da parte da tarde, seria dada voz a parceiros externos e depois a todo o público participante. Esta sessão enquadrava-se na preparação do Relatório, nomeadamente, do seu quarto capítulo, sobre a organização do sistema científico, devendo informar sobre a missão dos Laboratórios de Estado e da sua relação com as outras componentes do sistema.

3.2. Os peritos encarregados da redacção dos quatro capítulos do trabalho estavam já convidados, devendo ter-se feito por estes dias o convite público para a apresentação de contribuições a serem discutidas nas sessões previstas para a segunda quinzena de Junho.

3.3. Café de Ciência

Foi também organizado o Café de Ciência, este ano com o tema «*Química para um futuro sustentável*». A Química está cada vez mais presente no nosso quotidiano. Alimentação, vestuário, medicamentos, próteses, papel, tintas, construção e energia fazem parte de um universo onde a Química é um factor de inovação. Novas moléculas, que possam servir de base para novos medicamentos e novos materiais, são apenas alguns exemplos do impacto da Química nas nossas condições de vida.

Um futuro sustentável depende da nossa capacidade para produzir mais com menos recursos. A Química cria novos processos de produção, com menor impacto ambiental e com menor dispêndio de energia e de matérias-primas.

O Café estava organizado para ocorrer no dia 23 de Março, tendo sido adiado por entretanto ter sido marcada a discussão do PEC para esse dia.

JFG, 05Abril2011

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Ciência em Portugal, Fase II (2011)

Ao longo de 2010, foram desenvolvidos 4 temas,

- A. O financiamento,
- B. O emprego,
- C. A avaliação e
- D. A investigação nos IIPP.

Cada um destes temas foi desenvolvido por um grupo de trabalho formado por um perito escolhido pelo deputado responsável pelo Relatório. Uma versão preliminar dos relatórios foi apresentada em 20/Set, sendo depois elaborada uma versão final do relatório que foi apresentado em conferência pública organizada em 20/Dez. Nesta conferência inscreveram-se cerca de 200 investigadores e passaram pela sala do Senado ao longo do dia uns 150. Foi ainda feita a transmissão em directo pelo Canal Parlamento (e a retransmissão por diversas vezes em diferido).

Faz-se agora uma proposta para continuação do trabalho em 2011.

1. Objectivo: Elaboração de um relatório com o carácter de Livro Verde em que seja aprofundado ou alargado o tratamento dos temas seleccionados. Os temas a tratar neste segundo ano serão:
 - A. O financiamento da investigação empresarial e os objectivos prioritários para o financiamento público,
 - B. A formação de investigadores,
 - C. A avaliação dos investigadores e
 - D. A organização do sistema científico português.
2. O âmbito do tratamento destes temas ficará dependente das contribuições recebidas da comunidade científica, partindo-se das ideias seguintes:
 - A. O financiamento da investigação empresarial e as prioridades da investigação pública. Como sequela do trabalho desenvolvido em 2010, será discutido o modelo de financiamento da I&D na lógica da empresa, motivação, organização, recursos financeiros e humanos, estímulos públicos, execução intramuros e externalizada, resultados exemplares (em Portugal). O domínio de análise poderá incluir as novas empresas de base tecnológica, o seu financiamento e relação com as instituições de ensino superior. A oportunidade da definição de prioridades para o financiamento público poderá ser discutida num quadro de optimização do retorno nacional desse investimento³.
 - B. A formação de investigadores. Será pacífica a constatação de que os doutoramentos estão muito voltados para a investigação académica e para o desenvolvimento das competências julgadas necessárias para o sucesso como investigador universitário. A grande questão é se os recém-doutorados estão preparados para se inserirem em outras áreas de intervenção. Uma sequela natural do trabalho elaborado em 2010 sobre o emprego científico, será a análise dos programas doutorais existentes em Portugal, dos objectivos assumidos e dos ajustes desejáveis para uma fase de consolidação do sistema científico em que se pretende que mais de metade dos novos doutores possam migrar para territórios empresariais. As tendências internacionais poderão ajudar a compreender a direcção em que se deva caminhar.
 - C. A avaliação dos investigadores (no sistema público). Reconhecendo a amplitude do tema “Avaliação de Ciência” que foi tratado em 2010, focar-se-á agora o trabalho na área da avaliação dos investigadores, o que irá de encontro às preocupações manifestadas pelos docentes com os novos sistemas de avaliação pelas instituições e com a situação dos investigadores enquadrados pela carreira pública de Investigador e

³ LIVRO VERDE, Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da EU, Bruxelas, 9.2.2011, COM(2011) 48 final, http://ec.europa.eu/research/csfr/pdf/com_2011_0048_csf_green_paper_pt.pdf

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

outros em situação omissa. A vasta experiência de outros países poderá ser de grande utilidade.

- D. A organização do sistema científico. Nas instituições de ensino superior, as unidades de investigação e os laboratórios associados têm um posicionamento delicado que merecerá reavaliação. Depois do seu estabelecimento em quase total autonomia, foram dados sinais recentes da necessidade de integração. Os laboratórios associados têm novas missões de acordo com o decreto-lei que criou este novo conceito. A missão dos laboratórios de estado e da sua articulação com as instituições da esfera académica merece clarificação para focar todo o sistema em missões claras que contribuam para o desenvolvimento cultural, social e económico do país.

Haverá a preocupação de trazer à discussão de todos os temas as perspectivas nem sempre coincidentes das ciências, tecnologias, ciências sociais e humanas e até das artes.

3. Calendário:

- Preparação e aprovação pela CEC do plano geral de trabalhos para 2011 e convite (pelo deputado responsável pelo relatório) dos redactores dos relatórios de síntese (até 15/Fev);
 - Convite à apresentação de trabalhos sectoriais (até 28/Fev);
 - Consulta pública: Recepção de trabalhos sectoriais (até 31/Mai) para divulgação pública e convocação das sessões de 20 e 27/Junho;
 - Sessão pública (especial) sobre a missão dos Laboratórios de Estado: 11/Abril. Os trabalhos a discutir nesta sessão deverão ser enviados à Comissão até 21/Março;
 - Sessão pública de apresentação dos trabalhos sectoriais: 20/Junho;
 - Manhã: O financiamento da investigação empresarial,
 - Tarde: A formação de investigadores;
 - Sessão pública de apresentação dos trabalhos sectoriais: 27/Junho
 - Manhã: A avaliação dos investigadores e
 - Tarde: A organização das instituições científicas;
 - Elaboração dos relatórios de síntese pelos grupos convidados pelo deputado responsável pelo relatório, onde se espera uma visão coerente do tema com algum reflexo dos contributos recebidos (até 15/Nov);
 - Apresentação pública e discussão do relatório final (19/Dez).
4. Estratégia para a elaboração do relatório. A intenção é que o relatório final a apresentar e discutir em 19/Dez/2011 tenha o carácter de um Livro Verde, possa conter o que poderemos chamar de uma proposta política para a respectiva área, isto é, uma proposta concreta, sugestões de caminhos a seguir ou sugestões de melhoria para
- A. A definição de políticas públicas que incentivem a execução e a utilização da I&D com vista à inovação cultural, social e tecnológica;
- B. A organização dos programas doutorais de modo a facilitar a passagem dos novos doutores ao mercado de trabalho exterior às universidades;
- C. A construção de um modelo credível de avaliação de investigadores que possa vir a ser usado pelas instituições de vinculação para os fins e na medida que venham a entender apropriada;
- D. Re-concepção do sistema científico português com vista ao seu melhor desempenho interno e à satisfação das missões que lhe sejam atribuídas sem esquecer uma focagem clara nos grandes objectivos nacionais de desenvolvimento cultural, social e económico. O melhor relacionamento das instituições de investigação da órbita académica com as suas instituições de ensino superior de base, sem prejuízo do seu alto desempenho e selectividade, a distribuição de tarefas/missões de investigação entre entidades da esfera universitária, da esfera dos institutos politécnicos, das instituições privadas sem fins lucrativos, dos laboratórios de estado e das empresas.

Para atingir este objectivo, propõe-se o desenvolvimento de duas fases. Numa primeira fase (Fevereiro a Maio) procuraremos desencadear um mínimo de 4 equipas interessadas em desenvolver o seu trabalho sobre cada um dos temas (de entre convidados e disponibilidades espontâneas). A recepção de todas as contribuições deste

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

período de consulta pública termina a 31/Mai para disponibilizar os documentos para a discussão pública em 20 e 27/Jun.

5. Na segunda fase, caberá aos redactores convidados a elaboração de propostas coerentes que, sendo informadas pelos vários contributos recebidos e pela discussão havida nas sessões públicas de Junho, possam dar um contributo positivo para o desenvolvimento da política científica portuguesa. Estes relatórios finais serão naturalmente da responsabilidade de quem os elabora e assina mas poderão ter uma força acrescida em consequência da discussão no âmbito da comunidade e, se possível, da apropriação conseguida nessa mesma comunidade. O seu conteúdo constituirá um Livro Verde que os agentes políticos poderão usar para conformar as suas opções para implementação futura.
6. Selecção dos colaboradores. Os redactores dos relatórios de síntese serão convidados pelo deputado relator. A fase de consulta pública será aberta a toda a comunidade.
7. Sessão especial sobre os Laboratórios de Estado: 11/Abril

Esta sessão insere-se dentro do âmbito da análise do sistema científico português e desenvolver-se-á com procedimentos análogos. Na fase de preparação serão convidados todos os parceiros a elaborar trabalhos sobre a **missão dos Laboratórios de Estado e o seu posicionamento no sistema científico português**. Todos os Laboratórios de Estado serão convidados a participar e procuraremos fazer chegar o convite aos seus investigadores e outros colaboradores. O convite será alargado a toda a comunidade científica. As contribuições serão recebidas até 21/Março e o programa da sessão de 11/Abril será depois elaborado tendo em consideração o que for recebido. Nesta sessão haverá espaço para algumas intervenções, procurando-se criar condições para uma discussão livre. Na parte final, haverá um espaço de intervenção política dos Grupos Parlamentares.

Os redactores do tema (D) sobre o sistema científico português acompanharão a discussão mas manter-se-á aberta a recepção de trabalhos sobre o tema para integração no relatório global, mantendo-se os prazos previstos.

JFG, 15Março11